

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## SUMÁRIO

### Ministério da Defesa Nacional

#### Portaria n.º 134/90:

Classifica as praias do continente. Revoga a Portaria n.º 588/84, de 10 de Agosto ..... 660

### Ministério do Planeamento e da Administração do Território

#### Portaria n.º 135/90:

Aprova a composição e o regulamento do Conselho Responsável pelas Actividades de Formação (CRAF) da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica ..... 661

### Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

#### Portaria n.º 136/90:

Aprova a tabela geral de preços relativa a serviços prestados pelo Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola (CNPPA) ..... 663

#### Portaria n.º 137/90:

Concede à 1.ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio o exclusivo de pesca desportiva no troço do rio Nabão situado no concelho de Tomar ..... 663

### Ministério da Educação

#### Portaria n.º 138/90:

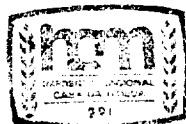
Autoriza o Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG a ministrar o curso superior de Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras ..... 664

*Nota.* — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 22, de 26 de Janeiro de 1990, inserindo o seguinte:

### Ministérios da Educação e da Saúde

#### Portaria n.º 65-A/90:

Regulamenta o concurso nacional de acesso à matrícula e inscrição nas escolas superiores de enfermagem públicas, no curso de bacharelato em Enfermagem, no ano lectivo de 1989-1990 ..... 374-(2)



## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Portaria n.º 134/90

de 19 de Fevereiro

Ao abrigo do disposto no artigo único do Decreto-Lei n.º 403/70, de 22 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, com a concordância do Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º Classificar as praias do continente de acordo com o mapa anexo a esta portaria.

2.º Revogar a Portaria n.º 588/84, de 10 de Agosto.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 5 de Fevereiro de 1990.

O Ministro da Defesa Nacional, *Carlos Eugénio Pereira de Brito*.

**Mapa de classificação das praias do continente para efeitos do disposto no artigo único do Decreto-Lei n.º 403/70, de 22 de Agosto.**

Classificação	Praias	Capitanias	
1.ª ordem ....	Ofir, Fão .....	Viana do Castelo.	
	Lada .....	Póvoa de Varzim.	
	Póvoa de Varzim .....		
	Árvore .....	Vila do Conde.	
	Azul .....		
	Azurara .....		
	Caxinas .....		
	Forno .....		
	Labruge .....		
	Ladeira .....		
	Luzimar .....		
	Mar e Sol .....		
	Mindelo .....		
Nossa Senhora da Guia...			
Olinda .....			
Pinhal .....			
Pôr do Sol .....			
Puçõ .....			
Turismo .....			
Vila Chã .....			
2.ª ordem ....	Leça da Palmeira .....	Leixões.	
	Matosinhos .....		
	Espinho .....	Douro.	
	Figueira da Foz.....	Figueira da Foz.	
	Areia Branca .....	Peniche.	
	Baleal .....		
	Praia do Mar .....		
	Santa Cruz (centro) .....		
	3.ª ordem ....	Carcavelos .....	Cascais.
		Conceição .....	
Duquesa .....			
Guincho .....			
Tamariz .....			

Classificação	Praias	Capitanias
1.ª ordem ....	Cabana do Pescador .... Frente Urbana (centro)... Mata .....	Lisboa.
	Morena .....	
	Rainha .....	
	Rei .....	
	Riviera .....	
	Santo Amaro de Oeiras... Torre .....	
	Tróia Bico das Lulas .... Tróia Galé .....	
	Troiamar .....	
	D. Ana .....	Lagos.
	Luz .....	
	São Roque (Meia Praia)... Albufeira .....	
	Alvor .....	Portimão.
	Armação de Pêra .....	
Aveiros .....		
Careanos .....		
Cova Redonda .....		
Falésia .....		
Galé (leste) .....		
Grande (Ferragudo) .....		
Maria Luísa .....		
Oura .....		
Rocha .....		
Rocha Baixinha .....		
Santa Eulália .....		
Senhora da Rocha .....		
Três Castelos .....		
Três Irmãos .....		
Vau .....		
2.ª ordem ....	Faro .....	Faro.
	Garrão .....	
	Marina .....	
	Quarteira .....	
	Quinta do Lago .....	
Vale de Lobo .....		
Barril .....	Tavira.	
Monte Gordo .....	Vila Real de Santo António.	
3.ª ordem ....	Âncora .....	Caminha.
	Moledo .....	
	Apúlia .....	Viana do Castelo.
	Cabelo .....	
	Esposende .....	
	Esteiro .....	Póvoa de Varzim.
	Fragosa .....	
	Fragosinho .....	
	Lagoa .....	
	4.ª ordem ....	Angeiras .....
Boa Nova .....		
Cabo do Mundo .....		
Fuselhas .....		
Paraíso .....		
Foz do Douro .....	Douro.	
Furadouro .....	Aveiro.	
Buarcos .....	Figueira da Foz.	

Classificação	Praias	Capitanias
2.ª ordem ....	Água de Madeiros .....	Nazaré.
	Lugar das Pedras .....	
	Nazaré .....	
	Norte Rio Lis .....	
	Paredes de Vitória .....	
	Pedrógão .....	
	Salir do Porto .....	
São Pedro de Muel .....	Peniche.	
Velha .....		
Vieira de Leiria .....		
Baleal Campismo .....		
Consolação .....		
Cova Alfarrota .....		
Física .....		
Formosa .....		
Foz do Arelho .....		
Medão .....		
Mirantes .....		
Molhe (leste) .....		
Navio .....		
Pisão .....		
Porto Dinheiro .....		
Porto Novo .....		
Santa Cruz (sul) .....		
Santa Cruz .....		
Santa Rita .....		
São Bernardino .....		
2.ª ordem ....	Azarujinha .....	Cascais.
	Baleia .....	
	Grande .....	
	Maças .....	
	Parede .....	
	São João do Estoril .....	
2.ª ordem ....	Bela Vista .....	Lisboa.
	Castelo .....	
	Fonte da Telha .....	
	Frente Urbana Norte .....	
	Infante .....	
	Mina de Ouro .....	
	Nova Praia .....	
	Paço de Arcos .....	
	Santo António .....	
	Saúde .....	
	São João da Caparica .....	
Sereia .....		
2.ª ordem ....	Figueirinha .....	Setúbal.
	Galapos .....	
	Portinho da Arrábida .....	
	Sesimbra Califórnia .....	
	Sesimbra Hotel do Mar .....	
2.ª ordem ....	Burgau .....	Lagos.
	Mareta .....	
	Porto de Mós .....	
	Salema .....	
2.ª ordem ....	Arrifes .....	Portimão.
	Baleeira .....	
	Benagil .....	
	Caneiros .....	
	Carvalho .....	
	Carvoeiro .....	
	Coelha .....	
	Evaristo .....	
	Galé (oeste) .....	
	Marinha .....	
	Olhos de Água .....	
	Praia dos Alemães .....	
	São Rafael .....	
Vale Centeanes .....		

Classificação	Praias	Capitanias
2.ª ordem ....	Tavira .....	Tavira.
	Altura .....	Vila Real de Santo António.
	Manta Rota .....	
Praia Verde .....		
3.ª ordem ....	Retur .....	As não mencionadas nas ordens anteriores.

**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO  
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**

**Portaria n.º 135/90  
de 19 de Fevereiro**

Em cumprimento do disposto no artigo 30.º e nos termos do n.º 2 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 68/88, de 3 de Março:

Manda o Governo, pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, que sejam aprovados a composição e o regulamento do Conselho Responsável pelas Actividades de Formação (CRAF) da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, cujo texto ora se publica:

**Composição e regulamento do Conselho Responsável pelas Actividades de Formação da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.**

Artigo 1.º

Composição

1 — O Conselho Responsável pelas Actividades de Formação (CRAF) da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) é composto pelo presidente da JNICT, pelos vice-presidentes que sejam professores universitários ou investigadores-coordenadores, pelos investigadores-coordenadores e principais do quadro da JNICT e por um máximo de cinco vogais.

2 — Os vogais, escolhidos de entre professores universitários e ou investigadores, são designados pelo presidente por períodos de três anos.

Artigo 2.º

Competências

1 — Para além das competências previstas no n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 68/88, de 3 de Março, compete ainda ao CRAF:

- a) Definir as áreas científicas adequadas para acesso às categorias de assistente de investigação e de investigador auxiliar, nos termos dos artigos 6.º e 7.º, n.º 2, do artigo 11.º e alínea c) do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 68/88, bem como dos candidatos a investigador principal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do mesmo diploma;
- b) Apreciar os currículos dos candidatos nos concursos de provas públicas para a categoria de

investigador auxiliar, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/88;

- c) Propor ao presidente da JNICT os investigadores ou professores universitários a designar para apreciarem os relatórios dos investigadores candidatos a nomeação definitiva, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 68/88;
- d) Aprovar os programas de formação dos assistentes de investigação e dos estágios de investigação, com parecer favorável dos orientadores.

2 — Compete igualmente ao CRAF elaborar proposta de condições complementares para efeitos de progressão na carreira de investigação, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 68/88.

3 — Sempre que julgar conveniente, o CRAF poderá propor o recurso a parecer de especialistas nacionais ou estrangeiras.

### Artigo 3.º

#### Funcionamento

1 — O CRAF funciona em plenário.

2 — O presidente da JNICT poderá delegar a presidência do CRAF num dos vice-presidentes da JNICT que seja membro do CRAF.

3 — O plenário é constituído por todos os membros do CRAF, que reunirá por iniciativa do presidente ou a requerimento, devidamente justificado, da maioria dos seus membros.

4 — As reuniões do CRAF serão secretariadas por quem superintender na área de pessoal da JNICT, não tendo o secretário direito a voto.

### Artigo 4.º

#### Reuniões

1 — As reuniões do plenário do CRAF devem ser convocadas pelo presidente com a antecedência mínima de oito dias.

2 — As reuniões do plenário só podem funcionar desde que esteja presente a maioria dos seus membros.

3 — Em todas as reuniões do CRAF, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o seu presidente voto de qualidade em caso de empate.

4 — Só têm direito a voto nas deliberações respeitantes a investigadores de cada categoria os membros do CRAF que detenham categoria superior à daqueles, salvo no caso dos investigadores-coordenadores, em que votarão os de igual categoria ou equivalente.

5 — Das reuniões do CRAF serão elaboradas actas pelo secretário designado nos termos do n.º 4 do artigo 3.º As actas, depois de aprovadas, serão assinadas pelo presidente e pelo secretário.

### Artigo 5.º

#### Actividades de formação em geral

1 — As actividades de formação dos assistentes e dos estagiários de investigação terão como principal objectivo formar investigadores altamente qualificados.

2 — Para a definição das actividades de formação, os orientadores deverão apresentar, no prazo de 30 dias

subsequentes à sua nomeação, proposta do plano de actividades de formação dos assistentes e dos estagiários de investigação, a submeter à aprovação do CRAF.

3 — As actividades de formação dos assistentes e dos estagiários de investigação poderão integrar-se nos programas de formação da JNICT.

4 — Os programas de formação referidos no número anterior subdividem-se em acções com prazos de execução variável, devendo ter em atenção o período que, nos termos legais, é concedido para prestação das provas de acesso à categoria seguinte.

5 — Os programas de formação dos assistentes e dos estagiários de investigação, para cada ano, serão elaborados até 30 de Novembro do ano anterior àquele a que dizem respeito, devendo constar do plano anual das actividades da JNICT.

6 — O relatório das actividades de formação dos assistentes e dos estagiários de investigação desenvolvidas no ano anterior será elaborado até final do mês de Fevereiro, devendo constar do relatório anual das actividades da JNICT.

### Artigo 6.º

#### Programas de formação dos assistentes de investigação

1 — Os programas de formação dos assistentes de investigação a aprovar pelo CRAF, ouvidos os orientadores responsáveis, integrarão obrigatoriamente as seguintes actividades:

- a) Participação em projectos de investigação aprovados pela JNICT, sob orientação de investigadores ou de professores do ensino superior, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 68/88;
- b) Frequência de estágios, cursos, seminários e colóquios de relevância para as respectivas áreas científicas, realizados pela JNICT ou outros organismos de investigação ou instituições universitárias;
- c) Realização de trabalho de investigação científica em determinada área científica, sob a orientação do respectivo orientador, conducente à elaboração de uma dissertação original para apresentação e discussão nas provas de acesso à categoria de investigador auxiliar;
- d) Colaboração, no âmbito da respectiva área científica, na formação dos estagiários de investigação ao nível da aprendizagem da metodologia e técnicas auxiliares de investigação, bem como na formação de pessoal técnico, científico e docente incluído em acções de formação realizadas por investigadores da JNICT;
- e) Colaboração e participação em estágios internos efectuados no âmbito da respectiva área científica.

2 — Os programas referidos no número anterior poderão ainda incluir, nomeadamente, frequência de cursos de pós-graduação, cursos intensivos de especialização, elaboração de estudos, experiências ou ensaios de interesse para os projectos em que estão inseridos, bem como colaboração em actividades docentes.

3 — Compete aos orientadores elaborar parecer circunstanciado acerca do cumprimento por parte dos assistentes de investigação dos respectivos programas de formação, previamente aprovados nos termos deste Regulamento, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 68/88.

## Artigo 7.º

## Programas de formação dos estagiários de investigação

1 — Os programas de formação dos estagiários de investigação a aprovar pelo CRAF, ouvidos os respectivos orientadores, integrarão obrigatoriamente as seguintes actividades:

- a) Execução de tarefas de introdução a actividades de investigação científica e desenvolvimento integradas em projectos científicos, sob orientação de um investigador ou professor universitário, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 68/88;
- b) Aprendizagem da metodologia de investigação científica e de desenvolvimento e das técnicas auxiliares de investigação;
- c) Frequência de estágios de formação e cursos de aperfeiçoamento, bem como participação em seminários e outras reuniões científicas, realizadas no âmbito da JNICT e outros organismos de investigação ou instituições universitárias;
- d) Colaboração e participação em estágios internos efectuados pela JNICT no âmbito da respectiva área científica;
- e) Elaboração de um relatório circunstanciado das actividades realizadas no período de aprendizagem, acompanhado do parecer do orientador, que será apresentado para discussão pública nas provas de acesso à categoria de assistente de investigação;
- f) Elaboração de um trabalho de síntese sobre um tema à sua escolha relacionado com a actividade desenvolvida, que será discutido nas respectivas provas de acesso à categoria de assistente de investigação.

2 — Os estagiários de investigação poderão ainda frequentar cursos de pós-graduação e colaborar em actividades docentes universitárias, bem como prosseguir outras actividades devidamente autorizadas.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 28 de Janeiro de 1990.

Pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *José Pedro Sucena Paiva*, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

### Portaria n.º 136/90

de 19 de Fevereiro

Torna-se necessário estabelecer os valores a pagar pelos estágios de formação profissional na área de protecção da produção agrícola e pela emissão de pareceres prestados pelo Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola não abrangidos por anteriores portarias.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º do Decreto-Lei n.º 5-A/88, de 14 de Janeiro, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 43/78, de 21 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º É aprovada a tabela geral de preços relativa a serviços prestados pelo Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola na concessão de estágios na área da protecção da produção agrícola e na emissão de pareceres, que consta do anexo à presente portaria, que dela faz parte integrante.

2.º A concretização dos preços dos estágios e dos pareceres é efectuada por despacho do director do Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola, no respeito pelos limites estabelecidos na tabela geral de preços agora aprovada.

3.º Tendo em atenção os custos inerentes aos serviços a que se refere o número anterior, a cada ponto é atribuído o valor de 1\$50, a actualizar periodicamente.

4.º Os montantes percebidos no âmbito deste diploma constituem receita própria do Centro Nacional de Protecção da Produção Agrícola, sendo prioritariamente afectos à satisfação dos encargos que lhes estão subjacentes.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 29 de Janeiro de 1990.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

### Tabela geral de preços a que se refere o n.º 1.º da Portaria n.º 136/90

Pontos

1 — Concessão de estágios de formação profissional na área da protecção da produção agrícola:	
Curta duração, por semana .....	70 000-140 000
Longa duração, por semana .....	35 000- 70 000
2 — Emissão de pareceres:	
Técnico superior por hora .....	3500- 7 000

### Portaria n.º 137/90

de 19 de Fevereiro

Com fundamento nos artigos 6.º e 84.º do regulamento da Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959, aprovado pelo Decreto n.º 44 623, de 10 de Outubro de 1962:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, conceder à 1.ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio o exclusivo de pesca desportiva no troço do rio Nabão, situado no concelho de Tomar, nas condições que a seguir se indicam:

1 — A concessão de pesca desportiva requerida abrange uma extensão de 3km, com a área de 6ha, que fica compreendida entre a Ponte do Prado, a montante, e o açude de pedra da Fábrica de Fiação de Tomar, a jusante, cujas margens direita e esquerda se encon-

tram, respectivamente, nas freguesias de Pedreira e Casais.

2 — O prazo de validade da concessão é de 10 anos a contar da data da publicação do presente diploma, devendo a concessionária, no caso de pretender a sua revalidação, requerê-la com a antecedência de seis meses reportados ao termo da concessão.

3 — A taxa devida anualmente pela concessão do exclusivo de pesca é de 3600\$, de acordo com os limites estabelecidos pelo artigo 6.º do regulamento da Lei n.º 2097, e será liquidada antecipadamente no mês de Janeiro.

4 — A importância referida no número anterior constitui receita da Direcção-Geral das Florestas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 51/86, de 6 de Outubro, a qual fará a sua gestão de acordo com o determinado no Decreto-Lei n.º 459/82, de 26 de Novembro.

5 — O pagamento da taxa referente ao corrente ano far-se-á no acto da entrega do alvará e será devida por inteiro.

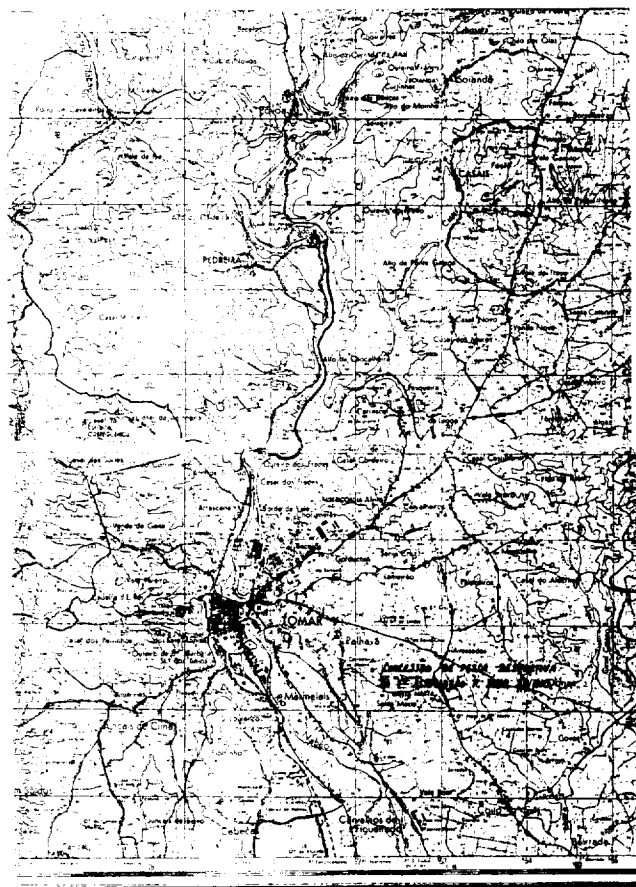
6 — A concessionária é obrigada a cumprir e a fazer cumprir as normas do regulamento desta concessão, aprovado pela Direcção-Geral das Florestas.

7 — Os repovoamentos com as espécies aquícolas próprias do meio só poderão ser levados a efeito em presença de funcionários da Direcção-Geral das Florestas, que elaborarão os respectivos autos de lançamento.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 31 de Janeiro de 1990.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação,  
*Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Portaria n.º 138/90

de 19 de Fevereiro

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., com sede em Lisboa;

Ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 26.º e do Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º É autorizado o Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG, reconhecido pela Portaria n.º 808/89, de 12 de Setembro, de acordo com o plano de estudos publicado em anexo à presente portaria, a ministrar o curso superior de Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras.

2.º Aos diplomas emitidos pela conclusão do curso referido no número anterior são reconhecidos os efeitos correspondentes aos da titularidade do grau de bacharelato do ensino público.

3.º As habilitações mínimas que permitem o ingresso no curso atrás referido são as exigidas para o mesmo ou similares cursos de ensino público, sem prejuízo de outros requisitos estabelecidos no regulamento interno do Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG.

4.º — 1 — O reconhecimento e autorização estabelecidos na presente portaria não prejudicam, sob pena de revogação, a obrigação do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pela Direcção-Geral do Ensino Superior, quer em aplicação de parecer da comissão de especialistas que se pronunciou sobre o processo de criação e funcionamento do curso, quer de futuras informações dos serviços de inspecção daquele departamento, de acordo com a legislação vigente.

2 — A condição estabelecida no número anterior aplica-se, nomeadamente, ao cumprimento, o mais breve possível, do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto, devendo, entretanto, os órgãos próprios do ISMAG apresentar propostas para os efeitos do n.º 3 daquele artigo.

Ministério da Educação.

Assinada em 29 de Janeiro de 1990.

Pelo Ministro da Educação, *Alberto José Nunes Correia Ralha*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

### ANEXO

#### Instituto Superior de Matemática e Gestão

#### Curso Superior de Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras

Nome da disciplina	Tipo	Escolaridade em horas semanais		
		Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico-práticas

#### 1.º ano

Análise Económica I .....	Semestral	3	2	-
Introdução aos Computadores	Semestral	2	3	-
Contabilidade I .....	Semestral	2	3	-
Introdução ao Turismo .....	Semestral	4	1	-
Análise Económica II .....	Semestral	2	3	-

Nome da disciplina	Tipo	Escolaridade em horas semanais		
		Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico-práticas
Informática Aplicada .....	Semestral	2	3	-
Contabilidade II.....	Semestral	2	3	-
Direito Comercial .....	Semestral	4	1	-
<b>2.º ano</b>				
Gestão de Recursos Humanos	Semestral	4	1	-
Economia do Turismo .....	Semestral	3	2	-
Ordenamento Turístico-Hoteleiro.	Semestral	4	1	-
Direito Económico .....	Semestral	4	1	-
Marketing e Promoção Turística.	Semestral	3	2	-
Transportes .....	Semestral	3	2	-
Legislação Turística e Comunitária.	Semestral	4	1	-
Organização de Empresas de Turismo.	Semestral	3	2	-

Nome da disciplina	Tipo	Escolaridade em horas semanais		
		Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico-práticas
<b>3.º ano</b>				
Gestão Hoteleira .....	Semestral	3	2	-
Análise do Desenvolvimento Turístico I.	Semestral	4	1	-
Programação Turística .....	Semestral	1	4	-
Gestão de Empresas Turísticas	Semestral	3	2	-
Animação .....	Semestral	1	4	-
Gestão de Alimentação e Bebidas.	Semestral	2	3	-
Análise do Desenvolvimento Turístico II.	Semestral	4	1	-
Gestão dos Riscos .....	Semestral	4	1	-
Higiene e Segurança no Trabalho (opção).	Semestral	2	2	-
Organização e Métodos da Comunicação (opção).	Semestral	4	1	-
Ciência Política (opção).....	Semestral	4	1	-



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 40\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

